

Desfazendo mitos sobre a pragmática

Danilo Marcondes

Toda uma mitologia está contida em nossa linguagem.
L. Wittgenstein, Observações sobre o Golden Bough de Frazer.

Dentre as principais correntes do pensamento contemporâneo, a *pragmática*, ou o *pragmatismo* tem sido por um lado uma das mais influentes, por outro um alvo de ataque privilegiado por diversos opositores, o que certamente também é um índice de sua importância e de seu interesse.

Com frequência os termos “pragmática” e “pragmatismo”, têm sido usados de forma equivalente, tal como acima, o que não corresponde contudo nem à sua origem, nem às correntes de pensamento que caracterizam. É preciso distinguir portanto, ao menos preliminarmente e em linhas gerais, a *pragmática* enquanto um campo de estudos da linguagem e o *pragmatismo* enquanto corrente filosófica, ainda que uma filosofia da linguagem na linha da pragmática e o pragmatismo se aproximem em muitos aspectos sem contudo se confundirem.

Em um sentido amplo, “pragmatismo” ou “filosofia pragmática” referem-se a concepções de filosofia que defendem não só uma distinção entre teoria e prática, mas sobretudo o primado da razão prática em relação à razão teórica, incluindo desde Kant, cuja última obra de 1804 intitulou-se precisamente *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, até algumas correntes da filosofia contemporânea¹.

O termo “pragmática” é derivado do grego *pragma*, significando coisa, objeto, principalmente no sentido de algo feito ou produzido, sendo que o verbo *pracein*, significa precisamente agir, fazer. Os romanos traduziram *pragma* pelo latim *res*, o termo genérico para coisa, perdendo talvez com isso a conotação do fazer ou agir presente no grego.

Enquanto corrente filosófica o pragmatismo originou-se no final do século XIX e desenvolveu-se sobretudo ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos. Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e posteriormente John Dewey (1859-1952), são os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes. Contemporaneamente Richard Rorty (1931-) se destaca como defendendo o que tem sido caracterizado como *neopragmatismo*. O filósofo de Harvard, Stanley Cavell (1926-) também pode ser incluído dentre os representantes do pragmatismo contemporâneo.

Peirce destacou-se por sua obra, de grande originalidade e complexidade, nos campos da semiótica, da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência. Seu pragmatismo caracteriza-se pela concepção de signo que desenvolve em sua semiótica, valorizando as várias funções do signo e as várias formas de constituição do significado, mas também pela definição de verdade que defende em sua concepção de ciência, segundo a qual as teorias científicas são conjuntos de hipóteses cuja validade só pode ser determinada levando-se em conta sua eficácia e seu sucesso, ou seja, seus resultados, efeitos e conseqüências, portanto, a prática científica propriamente dita². O pragmatismo de William James, embora também adotando o critério de verdade como sucesso e eficácia, teve um caráter mais psicológico e moral, fazendo com que Peirce, querendo se dissociar dele, viesse a adotar o termo “pragmaticismo” para caracterizar a sua própria concepção em oposição a de James. Dewey seguiu, em grande parte, mais a linha de James do que a de Peirce, desenvolvendo uma filosofia voltada para a prática, no sentido ético e aplicado, analisando a sociedade e a cultura, e preocupando-se com a educação, a política e a moral. Foi um dos pensadores americanos de maior influência, principalmente nos anos 30 e 40.

Na lingüística, a pragmática se caracteriza pelo estudo da linguagem em uso, ou, segundo a definição de Charles Morris (1938), o primeiro a usar esse termo contemporaneamente, o estudo da “relação dos signos com seus intérpretes”. Rudolf Carnap (1938), o lógico e filósofo da ciência de origem alemã com quem Morris trabalhou em Chicago, por sua vez definiu a pragmática como o estudo da linguagem em relação aos seus falantes, ou usuários. Tanto a definição de Morris, quanto a de Carnap, fazem parte da já consagrada distinção geral do campo de estudos da linguagem entre *pragmática*, que considera a linguagem em seu uso concreto, *semântica*, que examina os signos lingüísticos em sua relação com os objetos que designam ou a que se referem, e *sintaxe*, que analisa a relação dos signos entre si³. Mais recentemente, o termo

“pragmática” passou a englobar todos os estudos da linguagem relacionados a seu uso na comunicação. Uma outra concepção de pragmática se desenvolveu com base em correntes na filosofia da linguagem e na lingüística que valorizam a linguagem comum e o uso concreto da linguagem como a principal instância de investigação da linguagem, tratando a semântica e a sintaxe apenas como construções teóricas. A filosofia da linguagem ordinária de Gilbert Ryle, a teoria dos atos de fala de Austin, a concepção de jogos de linguagem de Wittgenstein, e mesmo a semiótica de Umberto Eco, dentre outras, podem ser incluídas nessa vertente. Trata-se basicamente de uma visão filosófica segundo a qual o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva pragmática, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando portanto a constituição do significado lingüístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e conseqüências desses usos. A pragmática não seria assim apenas um segmento dos estudos da linguagem, mas o seu campo privilegiado.

Na filosofia alemã, por sua vez, J.Habermas (*Pragmática universal e Teoria da ação comunicativa*) e K.O. Apel (*Pragmática transcendental*) inspirados no pragmatismo e na filosofia pragmática da linguagem, desenvolveram concepções de pragmática voltadas para a análise das condições de possibilidade da comunicação, de seus pressupostos e de suas implicações, inclusive nos campos da ética e da política⁴.

Encontramos, portanto, contemporaneamente, várias acepções de pragmática e de pragmatismo, com origens historicamente diversas e diferenças profundas. Em linhas gerais podemos dizer que todas compartilham a atribuição de uma importância central à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento e aos contextos concretos de uso, desde signos específicos e seus usuários até teorias científicas e suas aplicações. Adotam também uma posição anti-metafísica, no sentido de que não aceitam a concepção de uma realidade supra-sensível, além da experiência concreta e totalmente distinta desta, acessível apenas a um pensamento racional privilegiado, o que seria tarefa do filósofo, ou do teórico.

O pragmatismo enquanto corrente filosófica e a filosofia da linguagem de orientação pragmática sempre tiveram adversários que levantaram questões e objeções importantes no debate filosófico contemporâneo⁵. Pretendo examinar aqui apenas alguns aspectos desse debate, levando em conta as mais relevantes dessas questões e objeções, voltadas principalmente contra os pontos em comum entre pragmática e pragmatismo, apontados acima. Algumas

delas acabaram por vir a constituir-se em autênticos “mitos”, sendo adotados sem um exame mais detalhado e constituindo sob muitos aspectos uma caricatura das posições que atacam.

Selecionei para essa breve discussão cinco desses “mitos” mais freqüentes na controvérsia acerca da pragmática e do pragmatismo, passando a examiná-los em seguida.

1. A pragmática elimina, ou reduz, a importância do conceito de verdade, central à tradição filosófica

Segundo essa crítica, se o verdadeiro é o que dá certo ou produz determinados resultados, a verdade passa a ser relativa às condições de realização de experimentos, testes, verificações, etc., sendo também subordinada às noções de sucesso ou eficácia. A verdade não seria mais assim o resultado da correspondência ou adequação entre as proposições teóricas e a natureza da realidade que descrevem.

Contudo, a pragmática não elimina nem reduz de importância a noção de verdade, mas critica uma verdade definida apenas em termos realistas, ou seja, enquanto correspondência entre proposições e o real descrito por essas proposições, e problematiza a possibilidade de verdades absolutas, conhecidas independentemente de um contexto e estabelecidas de modo conclusivo. Pode-se dizer então que a pragmática complementa a noção de verdade com as noções de sucesso e felicidade, que devem dar conta especificamente da consideração da linguagem como ação, como produzindo efeitos e conseqüências em contextos determinados.

Não podemos estabelecer se um conjunto de proposições é verdadeiro ou falso de modo conclusivo por comparação com uma realidade independente dessas proposições, ou da linguagem em que são formuladas, isto é, uma realidade em si mesma, mas sim os resultados e conseqüências do que essas proposições afirmam sobre a realidade, a saber, suas pretensões a conhecimento.

2. A pragmática leva ao relativismo e o relativismo equivale ao “vale tudo”, tanto do ponto de vista ético, quanto do conhecimento

A pragmática pressupõe uma concepção segundo a qual o significado é relativo a contextos determinados e deve ser considerado a partir do uso dos termos e expressões lingüísticos utilizados nesses contextos. Isso não equívale

ao “vale tudo”, porque o significado não é visto como arbitrário, mas como dependente do contexto. A consideração do uso envolve portanto a determinação das regras e condições de uso que caracterizam os contextos específicos em que o significado se constitui. Afirmar que o significado é “relativo ao contexto” não é o mesmo que afirmar o “relativismo” semântico, cognitivo, ou ético, se “relativismo” significa que todas as posições se equívalem e são igualmente válidas, ou a tese de Humpty Dumpty⁶ segundo a qual podemos significar o que quisermos. Ao contrário, a consideração de regras, convenções e condições de uso, exclui a arbitrariedade, explicitando o processo de constituição e de alteração do significado de uma palavra ou expressão linguística.

3. A pragmática inviabiliza a ciência

Trata-se, até certo ponto, de um corolário da posição examinada em (1). A pragmática exclui certamente a concepção realista tradicional de ciência como um conhecimento definitivo e conclusivo de uma realidade considerada em si mesma.

A história da ciência revela a importância de uma consideração pragmática de ciência⁷. Não encontramos uma, mas várias noções de ciência desde o pensamento grego antigo, que primeiro a formulou, até os dias de hoje. No pensamento antigo a ciência definia-se principalmente como saber teórico; a partir da modernidade (séc.XVI), aproxima-se mais da prática, de um saber técnico, aplicado, embora persistam concepções estritamente teóricas de conhecimento científico em campos como a matemática. Sobretudo a partir do séc.XIX, surge uma distinção entre as ciências naturais e as ciências humanas e sociais que abre caminho para um debate sobre a metodologia das ciências, importante até hoje⁸.

A ciência e as teorias científicas passam, ao contrário da concepção realista, a serem consideradas como mais um “jogo de linguagem” na acepção de Wittgenstein, com regras, convenções e objetivos próprios. Uma teoria é um modelo explicativo, um conjunto de proposições hipotéticas que visam explicar um determinado domínio do real. As noções pragmáticas de efeitos e conseqüências são fundamentais para a avaliação dos resultados e experimentos científicos e para a falsificação e validação de hipóteses científicas.

Por outro lado, alguns dos principais representantes do neopragmatismo contemporâneo, principalmente nos Estados Unidos, como Richard Rorty, questionam determinados pressupostos do pensamento moderno, ainda man-

tidos em várias correntes do pensamento contemporâneo, inclusive na filosofia analítica da linguagem, segundo os quais a ciência seria uma espécie de paradigma de todo conhecimento, a filosofia devendo tomá-la como modelo. Rorty, por exemplo aponta que na própria tradição filosófica, a literatura e mesmo a poesia, freqüentemente estiveram mais próximas da filosofia do que a ciência, sendo ao menos tão relevantes quanto esta, se não mais até, para o pensamento filosófico⁹.

4. A pragmática torna a ética impossível

Essa objeção consiste em uma versão no campo da ética da objeção referente à questão da ciência examinada acima no item anterior, retomando também o argumento contra o relativismo, no caso agora em sua versão ética, examinado em (2). Segundo esse argumento, se como quer o pragmatismo, os valores éticos dependem do contexto, de elementos culturais e de fatores históricos, variando assim em diferentes épocas e culturas, o que hoje consideramos ético, amanhã pode não ser considerado como tal e vice-versa. Portanto, a ética perderia o sentido e qualquer tipo de atitude ou conduta poderia ser considerado ético.

O pragmatismo apenas questiona os absolutos éticos, ou seja, a existência de valores éticos universalmente válidos, independentes de época ou contexto, ou ainda, o cognitivismo ético, a posição segundo a qual poderíamos ter uma “ciência da ética”, baseada no conhecimento desses valores, a partir do que orientaríamos nossa ação. Propõe, ao contrário, que os conceitos éticos, tal como os científicos, sejam examinados em relação aos contextos de uso e às intenções dos agentes usá-los. Uma análise pragmática dos conceitos éticos explicita seu sentido e seus pressupostos, torna mais evidente seus objetivos e permite-nos avaliar seus efeitos e conseqüências.

Um bom exemplo desse tipo de análise se encontra em Austin, quando sugere como ponto de partida para a discussão do problema ético tradicional da responsabilidade por meio de uma análise das situações e contextos em que se admitem desculpas, contrastando-os com aqueles em que não são admitidas, ou em que sequer faz sentido pedir desculpas¹⁰.

O pragmatismo ético, considera portanto que os valores éticos dependem sempre de uma determinada cultura em um determinado momento histórico, porém, não considera que isso acarretaria o fim da ética. A definição cultural de valores éticos, revela, ao contrário, que as sociedades e culturas que estabelecem esses valores definem normas e regras para sua aplicação e san-

ções para os que não as cumprem, estabelecendo assim uma normatividade, que caracteriza a ética em geral. O conteúdo desses valores pode variar e quanto a isso uma análise histórica, antropológica ou sociológica, parece com efeito deixar claro.

O fato desses valores serem, nesse sentido, convencionais, não significa, contudo, que sejam arbitrários, ou que possam ser alterados a qualquer momento ou por qualquer motivo. Ao contrário, essa convencionalidade social, faz com que aqueles que os adotam tornem-se responsáveis por sua validade e por seu cumprimento, podendo portanto ser cobrados nesses sentido, é assim exatamente na medida em que os valores são convencionais que somos responsáveis por sua validade, enquanto aqueles que constituem e assumem as convenções¹¹. O mesmo ocorre quando esses valores são alterados, caem em desuso ou são substituídos. Em todo esse processo há uma responsabilidade e uma imputabilidade referentes àqueles que pertencem a esses contextos.

5. A pragmática impossibilita uma filosofia crítica

Segundo esse argumento, a possibilidade de um pensamento crítico pressupõe parâmetros de verdade e de validade com base nos quais se possam examinar pretensões a conhecimento ou estabelecimento de normas em contextos determinados. Se a verdade e os valores forem dependentes dos contextos não há uma instância supracontextual a partir da qual essas pretensões possam ser julgadas e não temos como questionar sua veracidade ou legitimidade. Todo o tipo de procedimento, cognitivo ou normativo, seria válido e isso não só inviabilizaria a crítica como esvaziaria o conceito de validade.

Porém, consideramos que isso ocorre apenas se entendemos que a crítica pressupõe uma verdade definitiva e absoluta que serve de parâmetro para o exame crítico de proposições e teorias, mas não exclui uma concepção de crítica como consciência de limites, exame de pressupostos, ou possibilidade de se pensar alternativas. A crítica pode ser exercida assim não necessariamente com base em uma verdade que fundamenta seus parâmetros, mas como um movimento reflexivo do pensamento, ou seja, como auto-exame, e também como exame de alternativas, no sentido do contraste entre posições e procedimentos adotados em um determinado momento ou contexto e outras possibilidades, reais e hipotéticas, a serem adotadas e experimentadas.

A estratégia, aqui adotada, de defesa de determinados pressupostos básicos da filosofia pragmática contra as objeções mais freqüentes a esse pensamento, que para efeitos de discussão denominei de “mitos”, consistiu em par-

te ao menos, em admitir alguns desses pontos, sem contudo aceitar suas conseqüências negativas. Por exemplo: a relatividade, sem o relativismo; a contextualização do significado sem que qualquer palavra signifique qualquer coisa; o questionamento à concepção realista de ciência, sem inviabilizar a ciência; a recusa do caráter absoluto dos valores éticos, sem abrir mão da ética.

Danilo Marcondes é Professor da PUC-Rio
danilo@fil.puc-rio.br

Notas

1. Ver a este respeito Putnam (1995), cap.2, págs.42-45, “The primacy of practical reason”.
2. Sobre a especificidade do pragmatismo de Peirce e sua diferença em relação à filosofia pragmática contemporânea, principalmente quanto à questão da ciência, ver S.Haack, “Quanto àquela frase “Estudando com um espírito literário”, em Margutti (1998).
3. A propósito dessas definições ver Levinson (1983), 1.2, “Defining pragmatics”.
4. Sobre a concepção de pragmática em Habermas e Apel, ver M. Oliveira (1998). Ver também J.Habermas (1990), “Guinada Pragmática”. Apel, p.ex., retoma algumas teses de Peirce.
5. Podemos citar, por exemplo, dentre outros, Max Horkheimer(1966), Thomas Nagel (1997), William Alston (1996). Ver também o cap.3, “Pragmatism and the contemporary debate” em H.Putnam,(1995).
6. Personagem de Lewis Carroll em *Alice no país das maravilhas*.
7. A visão histórica de Thomas Kuhn em seu influente *A Estrutura das revoluções científicas* (1969), pode ser entendida nessa linha.
8. Como exemplo disso temos o debate entre a Escola de Frankfurt e os assim chamados “Positivistas”, Adorno et al. (1976).
9. Ver Richard Rorty (1982), principalmente o cap.6, “Philosophy as a kind of writing”. Stanley Cavell (1976) desenvolve uma argumentação semelhante.
10. Ver nos *Philosophical Papers* (1970) especialmente dois capítulos, “A Plea for Excuses” e “Three Ways of Spilling Ink”.
11. Esse é o argumento de J.Mackie (1970), em seu influente *Ethics, Inventing Right and Wrong*.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor et al. *The Positivist Dispute in German Sociology*. London: Heinemann, 1976.
- ALSTON, William. *A Realist Conception of Truth*. Ithaca, New York: Cornell Univ. Press, 1996.
- AUSTIN, J. L. *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 3ª ed., 1977.
- CAVELL, Stanley. *Must We Mean What We Say?* Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1976.
- HABERMAS, Jurgen. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1990.
- HORKHEIMER, M. *The Eclipse of Reason*. New York: Continuum, 1996.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1969.
- LEVINSON, B. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1983.
- MACKIE, John. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. London: Penguin, 1977.
- MARGUTTI, Paulo et al. (orgs.). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.
- NAGEL, Thomas. *The Last Word*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1997.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
- PUTNAM, Hilary. *Pragmatism*. Oxford: Blackwell, 1995.
- RORTY, Richard. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1982.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1998.

Resumo

Este texto visa, em primeiro lugar, estabelecer algumas distinções acerca da pragmática e do pragmatismo e examinar algumas características centrais deste pensamento, para em seguida, analisar determinadas críticas mais frequentes a ele, considerando-as “mitos” e procurando respondê-las.

Palavras-chave

Pragmática, filosofia da linguagem, filosofia contemporânea.

Abstract

This paper has as its first aim a definition of pragmatics and pragmatism, examining their similarities and differences. In the light of this definition, some of the main objections against this kind of thought, here seen as “myths”, are examined and some possible ways out of these objections are considered.

Key-words

Pragmatics, philosophy of language, contemporary philosophy.